

Informativo PROEDUC n.º 04/2021

Assuntos: Alteração do protocolo sanitário de retorno às atividades escolares presenciais do sistema estadual de ensino – 6ª versão/outubro de 2021.

Nova versão do documento supra foi aprovada pelo Comitê de Emergência em Saúde (COES), entidade que dá respaldo científico ao Comitê Extraordinário COVID-19, do estado de Minas Gerais, em 22/10/2021.

A maior alteração se traduz no abandono do distanciamento entre alunos, com vistas a viabilizar o comparecimento de 100% dos alunos à escola. Deste modo, o ensino híbrido, no qual atividades presenciais eram combinadas com outras remotas, de modo a ensejar bolhas e, assim, diminuir a possibilidade de aglomeração, foi suprimido no sistema estadual de ensino.

Em novembro próximo, as aulas passarão a ser exclusivamente presenciais. O registro da carga horária dependerá da presença do discente na unidade educacional, suprimindo-se o atributo da facultatividade; se durante o ensino híbrido, que se iniciou em julho de 2021, era facultado ao representante legal do aluno optar entre o ensino híbrido ou o completamente remoto, com este último viabilizando o cômputo das atividades realizadas longe da escola como carga horária, agora a última modalidade será disponibilizada apenas para o aluno que apresentar comorbidade, comprovada mediante a apresentação de laudo.

Evidentemente, que se está longe do ideal, já que o ganho no aprendizado – argumenta-se que, na educação básica¹, o ensino presencial apresenta maior apelo pedagógico que aquele propiciado pela atividade remota – não veio sem a flexibilização das medidas preventivas. O COES justifica a decisão com o argumento de que a frequência à escola repercute na melhora da saúde mental dos alunos, o que suplantaria os riscos da transmissão. Foi trazida à baila pela Presidência do Comitê, que a ocorrência dos surtos nas escolas estaduais foi monitorada pelo SUS, sendo detectado que seu número é diminuto se comparado aos afetados em outros serviços públicos, de maneira que as vantagens do retorno presencial significaria suplantaria os prejuízos.

Por fim, cabe destacar que existem municípios que já publicaram como protocolo sanitário para as atividades escolares

¹ A educação básica é aquela cuja frequência é obrigatória, podendo gerar sanções aos reponsáveis legais pra o aluno evadido ou infrequente, como o crime de abandono intelectual ou a infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente

no sistema municipal, o estadual. Por lógica, deverão seguir as alterações viabilizadas pela atualização.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2021.



ANDREA MISMOTTO CARELLI
Promotora de Justiça